



Indicadores demográficos dos municípios do Consórcio de Saúde e Desenvolvimento dos Vales do Noroeste de Minas – período 2000 e 2010¹

Demographic indicators of the municipalities of the Northwestern Minas Valleys Health and Development Consortium – 2000 and 2010 period¹

Elias Rodrigues de Oliveira Filho²

Rogério Leandro Lima da Silveira³

RESUMO

A cooperação intermunicipal favorece ações e elaboração de políticas públicas em benefício da sociedade. Para tanto, é fundamental que os gestores tenham conhecimento das demandas, das singularidades e diferenças dos indicadores socioeconômicos. Especificamente, os indicadores demográficos permitem análise da dinâmica populacional, possibilitam compreender a composição etária, identificar o envelhecimento, a razão de dependência seja de jovens ou idosos, queda ou crescimento da fecundidade, mortalidade infantil, entre outros aspectos. Neste contexto, o presente estudo teve por objetivo analisar os indicadores demográficos dos municípios partícipes do Consórcio de Saúde e Desenvolvimento dos Vales do Noroeste de Minas (Convales), em 2000 e 2010, em comparação com as médias nacional e estadual. A abordagem metodológica consistiu em levantamento bibliográfico e de indicadores dos referidos anos. O Convales é formado por 19 municípios das bacias hidrográficas dos rios Paracatu e Urucuia, localizados na porção noroeste do Estado de Minas Gerais. Os municípios do Convales apresentam reduzido número de habitantes, mas com grande extensão territorial e alta produtividade econômica centrada em atividades agropecuária. No período avaliado, os resultados apontaram melhorias nos indicadores demográficos dos municípios, assim como das médias nacional e estadual. No entanto, alguns municípios apresentaram indicadores desfavoráveis quando comparados com as médias de Minas Gerais e do Brasil.

Palavras-chave: Indicadores demográficos. Cooperação. Minas Gerais. Convales.

ABSTRACT

Intermunicipal cooperation favors actions and elaboration of public policies to the benefit of society. Therefore, it is essential that managers be aware of the demands, singularities and differences of socioeconomic indicators. More specifically, demographic indicators allow for an analysis of population dynamics; make it possible to understand the age composition; identify aging, the dependency ratio of young people or the elderly, falling or growing fertility, infant mortality, among other aspects. In this context, the present study aimed to analyze the demographic indicators of the municipalities participating in the Northwestern Minas Valleys Health and Development Consortium (Convales), in 2000 and 2010, in comparison with the national and state averages. The methodological approach consisted of a bibliographic survey as well as a survey of the indicators from those years. Convales is formed by 19

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2020 e aprovado em 12 de março de 2020

¹ Parte da tese de doutorado do primeiro autor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul, RS.

² Administrador. Doutor em Desenvolvimento Regional no PPGDR/UNISC. Mestre em Educação pela UNB / Brasília/DF. Professor do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais - IFNMG, Campus Arinos, Arinos, Minas Gerais. Brasil. E-mail: elias.rodriques@ifnmg.edu.br

³ Geógrafo. Doutor em Geografia. Pesquisador do CNPq. Professor titular e pesquisador do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UNISC. Brasil. E-mail: rlls@unisc.br

municipalities from the hydrographic basins of the Paracatu and Urucuia rivers, located in the Northwestern area of the State of Minas Gerais. Convales municipalities have a small number of inhabitants, but with a large territorial extension and a high economic productivity centered on agricultural activities. In the period evaluated, the results showed improvements in the demographic indicators of the municipalities, as well as in the national and state averages. However, some municipalities had worse indicators when compared to the averages of Minas Gerais and Brazil.

Keywords: Demographic Indicators. Cooperation. Minas Gerais. Convales.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a ineficiência na governança tem privado grande parte da população do desenvolvimento socioeconômico, culminando em muitas desigualdades. Em contrapartida, a cooperação intermunicipal tem se expandindo como alternativa no enfrentamento de tal situação através de estratégias que atenda maior número de pessoas. O crescimento da cooperação entre municípios se dá em prol do equacionamento de problemas de ordem vertical e horizontal existentes no cotidiano da gestão dos territórios.

Na agenda local e regional, os consórcios intermunicipais tornaram-se relevantes devido à fragilidade dos municípios frente à descentralização das políticas sociais e transferência de responsabilidade dos governos federal e estadual para os municípios. Apesar da autonomia dos municípios e o *status* de entes federados, desde a Constituição Federal (CF) de 1988, muitos não logram atender as demandas da população. Assim, a análise de indicadores socioeconômicos pode ser considerada instrumento para conhecer a realidade de municípios membros de consórcios intermunicipais, contribuindo diretamente na implementação de ações pontuais.

Os indicadores sociais estão cada vez mais integrados ao cotidiano, especialmente com o avanço da Tecnologia da Informação (TI). No entanto, mesmo disponíveis e acessíveis, exigem grau de conhecimento para melhor uso e compreensão. Conforme Jannuzzi (2012, p. 21):

Um indicador social é uma medida, em geral, quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Os indicadores são essenciais na governança de todo e qualquer território, uma vez que possibilitam a leitura de aspectos sociais, políticos, ambientais, econômicos, ou seja, a identificação de peculiaridades nas diferentes escalas espaciais. Entre os

indicadores sociais, têm-se os demográficos, que ocupam destaque na elaboração de políticas públicas, especialmente em locais com transição demográfica, como, por exemplo, municípios de Minas Gerais. Em tal viés, Ferreira et al (2012, p. 79) destacam:

A médio e longo prazo, do ponto de vista populacional, o estado de Minas Gerais se deparará com uma questão que há trinta anos seria inimaginável, o despovoamento de regiões. Considera-se que a partir de 2040 a população estadual começará a diminuir. Esse fenômeno já acontecerá anos antes em algumas regiões. Tal fato gera uma série de impactos sociais, geográficos e econômicos já observáveis em países europeus. Entre eles, a falta de mão de obra em idade ativa, redução da capacidade empreendedora e ociosidade de infraestrutura.

Na conjuntura em questão se insere os municípios do Consórcio de Saúde e Desenvolvimento dos Vales do Noroeste de Minas (Convales), que iniciou o processo de formação em 2003. Consórcio multifinalitário constituído no intuito de fortalecer a cooperação entre municípios das bacias hidrográficas dos rios Paracatu e Urucuaia, inseridos no noroeste do Estado de Minas Gerais. Em 2020, o Convales abrange 19 municípios, funciona como alternativa no enfrentamento dos problemas em diversos setores no âmbito regional.

Em geral, os municípios membros do Convales apresentam grande extensão territorial, economia voltada para o setor agropecuário com alta tecnologia e reduzido número de habitantes. Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar os indicadores demográficos dos municípios da área de abrangência do Convales. Para tanto, fez-se pesquisa bibliográfica, levantamento, sistematização e tratamento dos dados. Estabeleceu-se escala temporal de 2000 e de 2010, assim pode-se avaliar evolução ou retrocesso, além de comparar com as médias nacional e estadual.

A base de dados utilizada foi do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundação João Pinheiro (FJP), bem como dados censitários e estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de dados econômicos da FJP e da Diretoria de Estatística e Informações (DIREI). Selecionou-se os seguintes indicadores demográficos: razão de dependência, esperança de vida ao nascer, taxas de: fecundidade total, envelhecimento, mortalidade infantil e mortalidade infantil até cinco anos de vida.

No período avaliado, 2000 e 2010, foi possível identificar a redução das taxas de fecundidade, mortalidade infantil e mortalidade até cinco anos de vida, além de decréscimo na razão de dependência e aumento da esperança de vida ao nascer e na taxa

de envelhecimento. Entretanto, os resultados apontam a existência de desigualdades entre os indicadores dos municípios consorciados. Em relação às médias estadual e federal, registrou-se quantitativo significativo de municípios com piores indicadores.

2 REFLEXÃO SOBRE OS INDICADORES DEMOGRÁFICOS SELECIONADOS

Neste estudo, analisou-se os indicadores demográficos: esperança de vida ao nascer; taxa de mortalidade infantil; taxa de mortalidade infantil até cinco anos de vida; taxa de fecundidade total; taxa de envelhecimento; e, razão de dependência. No que se refere à taxa de fecundidade total, conforme o PNUD, IPEA, FJP (2013, s/nº.), representa o “[...] número de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade)”.

Em observância ao contexto social, existem variações significativas nas taxas de fecundidades, pois, em geral, mulheres com melhores condições educacionais e/ou financeiras tende a ter menos filhos do que aquelas de baixa escolaridade e poder aquisitivo. A redução da taxa de fecundidade total tem efeitos a médio e longo prazo na População Economicamente Ativa (PEA). Nesse ínterim, taxas “inferiores a 2,1 são sugestivas de fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional” (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE - RIPSA, 2008, p. 74).

No território nacional vem crescendo o número de mulheres que priorizam a vida educacional/profissional, ou seja, optam por não ter filho ou ter apenas um filho. Por outro lado, adolescentes de maior vulnerabilidade socioeconômica, por exemplo, tendem a gerar filhos sem ter as mínimas condições de vida digna, acarretando em aumento na dependência de assistência governamental e acentuação dos problemas sociais.

No tangente à taxa de mortalidade infantil, representa o “[...] número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas” (PNUD, IPEA, FJP, 2013, s/nº.). Para a realização do cálculo, consideram-se os seguintes aspectos: saúde, ambiente familiar, saneamento básico, tratamento de água e esgoto, entre outros, que estejam representadas as condições básicas e necessárias para a vida.

Quando uma gestante faz acompanhamento médico, sem dúvida, o pré-natal aumenta a possibilidade de sobrevivência da criança, bem como a amamentação que

facilita os desenvolvimentos emocional e cognitivo, além de benesses ao sistema nervoso.

Para Amaral et al (2013, p. 10), é possível inferir que:

Tradicionalmente a taxa de mortalidade infantil é empregada como um indicador social representativo da realidade das condições de vida ou saúde presentes em uma região ou segmento populacional. A associação existente entre fatores socioeconômicos das condições de vida e fatores relacionados à atenção dos serviços básicos de saúde (infraestrutura básica de acesso e qualidade da atenção médica) com o nível da mortalidade infantil torna tal medida um importante indicador da situação de saúde de grupos populacionais.

Em relação à taxa de mortalidade infantil até cinco anos de idade, caracteriza como “[...] a probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos [...]” (PNUD, IPEA, FJP, 2013, s/nº). No cálculo, é preciso considerar cada grupo de 1000 crianças nascidas vivas, bem como na taxa de mortalidade infantil.

Assim, um município com elevadas taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade até cinco anos de idade, em geral, apresenta péssimas condições de vida em segmentos sociais específicos, tais como: saúde, saneamento básico, alimentação, entre outros. No entender de Simões (2002, p.61):

Em síntese, a persistência de desigualdades sociais que excluem significativos contingentes populacionais do acesso a (*sic*)educação, renda, saneamento e serviços de saúde básicos – relacionados ao pré-natal e seu acompanhamento – explica a continuidade de elevados níveis de mortalidade. Esses níveis poderiam ser rebaixados mediante uma melhor resolubilidade, direcionamento e controle mais efetivo de políticas públicas e ações organizadas, voltadas para o aperfeiçoamento da atenção às crianças [...].

Por outro lado, as quedas nas taxas representam o desenvolvimento social, mesmo que de forma desigual.

A construção de um indicador é um processo cuja complexidade pode variar desde a simples contagem direta de casos de determinada doença, até o cálculo de proporções, razões, taxas ou índices mais sofisticados, como a esperança de vida ao nascer (RIPSA, 2008 p. 13).

No tangente à esperança de vida ao nascer representa o “[...] número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do seu nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevaletentes no ano do Censo” (PNUD, IPEA, FJP, 2013, s/nº). O indicador busca fornecer análise dos possíveis riscos que o indivíduo terá ao longo da vida, assim como as condições em que vive.

De acordo com Jannuzzi (2012, p.84): “No cálculo da esperança de vida, leva-se em consideração não apenas os riscos da mortalidade infantil, mas todo o histórico de mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; além, naturalmente dos riscos diferenciais de homens e de mulheres”. Ao considerar a diferença entre os sexos, é possível identificar que, em geral, as mulheres apresentam maior expectativa de vida ao nascer do que os homens.

Sobre a taxa de envelhecimento representa a “[...] razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100” (PNUD, IPEA, FJP, 2013, s/nº). No território brasileiro tem ocorrido aumento na taxa de envelhecimento, apesar de ser desigual. Nas palavras de Moreira (2012, p.1):

Neste século XXI o processo de envelhecimento da população brasileira sofrerá uma forte inflexão para cima, em razão de as gerações nascidas a partir da queda da fecundidade vivenciarem níveis de reprodução abaixo da reposição, tendo como resultado menores gerações produzindo menores números de filhos. Tal situação ocorrerá em uma condição em que as últimas gerações crescentes de população adulta ainda estão vivas, combinando, assim, a passagem de números significativos de adultos para a velhice com gerações jovens decrescentes.

O aumento da taxa de envelhecimento e a redução da taxa de fecundidade requerem políticas públicas, pois, para Camarano (2002, p. 3), “[...] predomina a preocupação com a pressão que o crescimento da população idosa pode fazer sobre os gastos previdenciários, a utilização dos serviços de saúde e, conseqüentemente, com os custos destes.” Assim, torna-se urgente colocar em prática o Estatuto do Idoso, **Lei nº. 10.471**, de 1º de outubro de 2003, além de reduzir a vulnerabilidade da população que gera mais filhos.

E ainda, faz-se importante que os gestores públicos conheçam a razão de dependência, que “[...] é medida pela razão entre o número de pessoas com 14 anos ou menos e de 65 anos ou mais de idade (população dependente) e o número de pessoas com 15 a 64 anos (pessoas potencialmente ativas) multiplicado por 100” (PNUD, IPEA, FJP, 2013, s/nº).

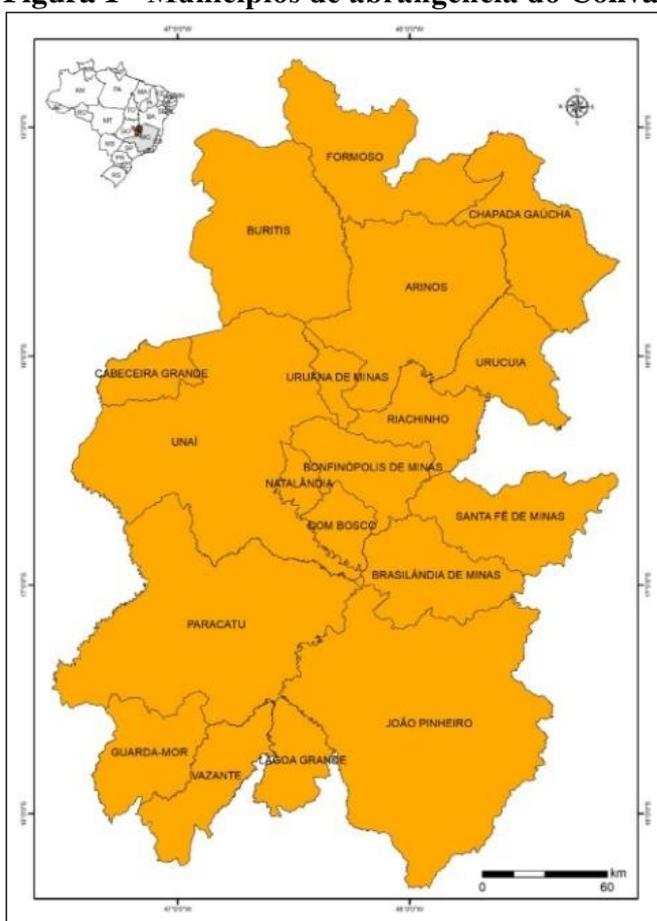
Municípios com elevada esperança de vida ao nascer e reduzida taxa de fecundidade, em geral, apresentam elevada razão de dependência. Outro dado importante é avaliar o quantitativo populacional com potencial para atuar no mundo do trabalho, além da oferta, pois quanto maior o número de indivíduos desempregados, se tem o aumento dos problemas de dependência daqueles que estão empregados.

Diante do exposto, a análise dos indicadores demográficos, entre outras ações, pode subsidiar a elaboração de vias estratégicas na cooperação intermunicipal, via consórcio. O maior benefício é quando a cooperação promove o desenvolvimento local e regional e fortalece as relações intermunicipais como instrumento de integração regional.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS

Em Minas Gerais, as disparidades regionais e as dificuldades de muitos municípios em proporcionar à população serviços básicos tem favorece a criação de consórcio intermunicipal. Assim, a cooperação via consórcio intermunicipal tem se configurado de grande importância na governança territorial e no desenvolvimento regional. Em 2003, por exemplo, teve início a constituição do Convales, que abrange 19 municípios (Figura 1) das bacias hidrográficas dos rios Paracatu e Urucuaia, no Estado de Minas Gerais.

Figura 1- Municípios de abrangência do Convales



Fonte: Convales, 2017. Cartografia e org: autores, 2019.

Em 2003, os municípios de Bonfinópolis de Minas, Buritis e Chapada Gaúcha fundaram o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento das Bacias dos rios Urucuia e Carinhanha, constituído com personalidade jurídica de Direito Privado. Em 2005, com a promulgação da Lei 11.107/2005 que regulamenta os consórcio públicos, iniciou-se as adequações, assim, em 2007 o Consórcio foi alterado para pessoa jurídica de Direito Público, com natureza de Associação Pública. Em 2008, ingressaram no referido Consórcio, os municípios de Arinos, Formoso, Riachinho, Uruana de Minas e Urucuia.

Em 2012, no intuito de fortalecer as ações voltadas para o âmbito da saúde, ocorreu alteração estatutária, alterando o nome para Consórcio Intermunicipal de Saúde e Desenvolvimento da Bacia do Urucuia e Noroeste de Minas. Também em 2012, ingressaram no Consórcio os municípios de: Paracatu, Dom Bosco, Brasilândia de Minas e Cabeceira Grande.

Em 2014, com nova alteração estatutária recebeu a denominação/razão social de Convaless - consórcio multifinalitário pertencente às bacias do rio Paracatu e do rio Urucuia, rios afluentes do rio São Francisco. Por fim, em 2014, ocorreu ampliação da área de abrangência com a adesão dos municípios de Natalândia, Santa Fé de Minas, João Pinheiro, Unaí, Vazante, Guarda-Mor e Lagoa Grande.

O Convaless é constituído com prazo de duração indeterminado, com sede e foro no município de Arinos, Minas Gerais. Tem por finalidade buscar a construção de um consorciamento multifinalitário – forma mais complexa de parceria consorciada –, que implica a articulação de diferentes agendas de políticas públicas setoriais.

O referido Consórcio, busca desenvolver modelo de gestão para adequação de interesses na governança territorial e otimização dos recursos escassos tangentes às áreas de saúde, preservação ambiental, setor de educação, disponibilidade de energia, logística, enfim desenvolvimento regional – promoção de melhorias na qualidade de vida da população dos municípios membros.

No que tange à extensão territorial, o Convaless abarca 64.047.860 km², com municípios detentores de grandes áreas (João Pinheiro, Unaí e Paracatu). O município de João Pinheiro, por exemplo, ocupa a maior extensão territorial de Minas Gerais, vale destacar que grande parte das localidades partícipes do consórcio emancipou do território de Paracatu – único município da região emancipado no século XVIII.

Os demais municípios foram constituídos no decorrer do século XX, assim em 1911 emancipou João Pinheiro; em 1943 Unaí; em 1953 Vazante; em 1963 Bonfinópolis de Minas, Santa Fé de Minas, Formoso, Guarda-Mor, Arinos, Buritis e

Brasilândia de Minas. Na década de 1990, emanciparam Urucuaia, Riachinho, Lagoa Grande, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Uruana de Minas, Dom Bosco e Natalândia.

A emancipação municipal nem sempre significa avanços, sendo importante analisar em que contexto ocorreu, especialmente em locais com reduzido número de população total e baixa dinâmica econômica. Especificamente, em Minas Gerais, na década de 1990, ocorreu muita emancipação territorial, fruto de articulação política com a promessa de desenvolvimento. No entanto, grande parte dos municípios emancipados não logram honrar todas as despesas previdenciárias, além de dependerem do município de origem para serviços básicos (saúde, por exemplo), além do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Dos 19 municípios do Convaless oito emanciparam na década de 1990: Urucuaia, Riachinho, Lagoa Grande, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Uruana de Minas, Dom Bosco e Natalândia, todos com menos de 20 mil habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2010. De acordo com o recenseamento do IBGE (2010) e a estimativa do IBGE (2019), grande parte dos municípios partícipes do Consórcio detém padrão reduzido de habitantes. Os dados de 2019, se referem às estimativas, uma vez que o próximo Censo Demográfico, tem previsão de ocorrência em 2020, mas em função da pandemia do novo coronavírus foi adiado para 2021.

O IBGE (2010), apontou que dez municípios do Convaless apresentaram menos de 10 mil habitantes, tendo quatro desses população inferior a cinco mil. Em cinco municípios foram recenseados mais de 10 mil habitantes, contudo inferior a 20 mil; Buritis apresentou população acima de 20 mil, mas inferior a 30 mil; e, somente em três municípios foram registrados mais de 45 mil habitantes, entretanto inferior a 100 mil.

Em 2020, predominou municípios com população inferior a 25 mil habitantes, com exceção de Paracatu, Unaí e João Pinheiro. A soma da população de João Pinheiro, Unaí e Paracatu ultrapassa 50% dos habitantes dos municípios do Convaless. Tamanha diferença impõe cuidado nas ações do Convaless, uma vez que na cooperação intermunicipal é fundamental a dimensão das realidades, singularidades e demandas (Tabela 1).

Tabela 1 - População total dos municípios do Convaless, 2010 e 2019

Municípios	Anos	
	2010	2019
Uruana de Minas	3.235	3.264
Natalândia	3.280	3.311
Dom Bosco	3.814	3.677
Santa Fé de Minas	3.968	3.846
Bonfinópolis de Minas	5.865	5.493
Cabeceira Grande	6.453	6.949
Guarda-Mor	6.565	6.580
Riachinho	8.007	8.136
Formoso	8.177	9.562
Lagoa Grande	8.631	9.532
Chapada Gaúcha	10.805	13.680
Urucuaia	13.604	16.865
Brasilândia de Minas	14.226	16.538
Arinos	17.674	17.875
Vazante	19.723	20.590
Buritit	22.737	24.841
João Pinheiro	45.260	47.452
Unai	77.565	84.378
Paracatu	84.718	93.158
Total	364.307	395.727

Fonte: IBGE, Censo 2010 e estimativa 2019. Elaborado pelos autores, 2020.

Quanto à estimativa o IBGE (2019), apontou crescimento inexpressivo em relação ao Censo de 2010, além de redução da população nos municípios de Dom Bosco, Bonfinópolis de Minas e Santa Fé de Minas – informação que poderá ser confirmada ou refutada com o Censo previsto para 2020. Tal dado é importante, uma vez que o Brasil já se encontra na transição demográfica, com decréscimo da taxa de fecundidade. Diante do cenário descrito, são necessárias políticas públicas que evitem o esvaziamento populacional, em especial, nos municípios que apresentam piores condições de vida, uma vez que já existe tendência de emigração, ou seja, saída da população em busca de melhores oportunidades.

Em relação à distribuição espacial nos municípios membros do Convaless, apesar do forte traço econômico relacionado com agropecuária, identificou-se predomínio de população na área urbana (277.803), sendo, portanto, 86.504 habitantes na área rural. Em algumas localidades, o quantitativo de população urbana em relação a rural é algo relativamente pequeno (Guarda-Mor e Riachinho, por exemplo). No caso de Urucuaia, prevalece mais residentes no espaço rural. Nos municípios com maior número total de habitantes, a concentração é mais significativa no espaço urbano (IBGE, 2010).

No contexto econômico, apresenta-se o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes (Tabela 2) e a participação do setor da agropecuária, que prevalece.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto a preços correntes dos municípios do Convales, 2010 a 2016 (em 1.000 R\$)

Municípios e Minas Gerais	Anos						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arinos	125.591	137.073	157.974	173.797	181.964	197.938	204.199
Bonfinópolis de Minas	89.843	114.487	138.437	156.323	157.574	160.129	208.843
Brasilândia de Minas	102.189	131.508	158.210	173.318	181.989	183.459	199.900
Buritiz	336.349	527.568	566.048	533.994	561.144	601.789	668.723
Cabeceira Grande	111.087	139.971	147.193	163.729	175.011	203.236	186.136
Chapada Gaúcha	74.932	92.706	113.532	114.692	121.190	133.784	176.141
Dom Bosco	28.359	31.516	36.247	39.152	42.049	45.824	50.775
Formoso	80.370	118.174	131.751	151.894	164.283	161.184	177.819
Guarda-Mor	186.764	197.331	273.379	247.312	287.753	268.183	337.542
João Pinheiro	617.036	795.632	829.920	957.820	1.077.534	1.177.617	1.331.704
Lagoa Grande	93.468	124.863	139.954	167.802	176.966	181.285	207.051
Natalândia	21.541	25.924	30.729	35.797	38.664	40.635	47.677
Paracatu	1.701.105	2.126.292	2.677.772	2.913.028	2.851.633	2.848.220	3.218.934
Riachinho	48.241	53.993	62.586	81.149	80.240	85.117	100.062
Santa Fé de Minas	27.492	23.729	25.469	29.082	31.466	33.655	37.734
Unaí	1.330.068	1.733.006	2.019.844	2.236.061	2.202.016	2.439.492	3.137.942
Uruana de Minas	26.123	28.951	35.935	38.622	41.237	43.544	56.284
Uruçuia	60.820	77.723	80.399	80.062	99.944	112.355	124.927
Vazante	340.207	429.344	443.675	516.676	576.892	537.643	569.682
Minas Gerais	351.123.418	400.124.687	442.282.830	488.004.903	516.633.984	519.326.359	544.633.968

Fonte: FJP, DIREI, 2018. Elaborado pelos autores, 2019.

Nos municípios do Convales, existe prevalência da participação do setor da agropecuária, em comparação com o setor industrial. No caso em questão, o recorte temporal foi de 2010 a 2016, o mesmo permite analisar crescimento e decréscimo. Para tanto, utilizou-se base de dados da FJP e da DIREI (2018), os dados do período 2017 a 2019 não foram publicados, até o fechamento do estudo.

No período avaliado o PIB a preços correntes de Minas Gerais apresentou crescimento, já os municípios do Convales apresentaram aumento, mas alguns também apresentaram decréscimo. Em geral, foi possível identificar que Paracatu, Unaí e João Pinheiro, apresentaram maiores valores em relação às demais localidades.

O município Santa Fé de Minas, por exemplo, apresentou queda de 2010 a 2011,

mas crescimento nos demais anos avaliados. O município de Cabeceira Grande, apresentou crescimento até 2015 e decréscimo em 2016. Em Guarda-Mor, a queda se deu no período 2012 a 2013 e de 2014 a 2015, no entanto, em 2016, apresentou crescimento. Em Burititis e Urucuaia, ocorreram decréscimos de 2012 a 2013. Em Riachinho e Unai, ocorreram decréscimos de 2013 a 2014. De 2014 a 2015, ocorreram decréscimos em Formoso e Vazante. Em Paracatu, a queda se deu no período 2013 a 2014 e de 2014 a 2015.

Conforme a FJP; DIREI (2018), os municípios membros do Convales, no período 2010 a 2016, apresentaram crescimento com oscilações dos Valores Adicionais Brutos (VABs) da agropecuária (Tabela 3).

Tabela 3 - VAB da agropecuária dos municípios do Convales, 2010 a 2016, (1.000 R\$)

Municípios	Anos						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arinos	28.041	29.350	37.328	40.243	42.159	39.944	46.533
Bonfinópolis de Minas	39.251	58.965	73.581	85.772	80.583	77.806	116.241
Brasilândia de Minas	16.870	31.302	37.345	37.767	39.192	26.654	35.140
Burititis	114.565	252.674	241.419	201.679	204.149	212.017	288.081
Cabeceira Grande	30.073	47.807	56.504	57.801	47.898	47.203	68.589
Chapada Gaúcha	28.676	37.670	46.472	41.146	38.872	42.284	57.181
Dom Bosco	8.215	9.656	10.917	12.078	13.376	13.370	16.425
Formoso	35.666	52.204	61.952	69.147	71.461	70.290	77.478
Guarda-Mor	118.884	127.324	178.434	154.404	162.252	142.673	200.460
João Pinheiro	142.389	219.551	187.715	223.500	266.268	250.485	318.669
Lagoa Grande	31.892	56.532	52.845	75.978	68.531	60.733	80.486
Natalândia	4.947	5.906	6.480	8.952	9.111	8.953	12.302
Paracatu	243.442	331.411	416.666	387.736	357.133	354.469	531.111
Riachinho	11.460	13.045	17.338	28.896	24.352	22.733	33.366
Santa Fé de Minas	4.939	6.073	5.269	6.537	7.209	6.922	7.910
Unai	327.522	524.024	568.359	549.698	521.363	516.600	819.193
Uruana de Minas	7.896	9.369	12.753	12.655	13.061	13.212	20.778
Urucuaia	12.571	20.868	16.971	9.726	14.187	17.724	31.459
Vazante	41.117	45.270	47.708	56.429	58.960	58.606	98.483

Fonte: FJP; DIREI (2018). Elaborado pelos autores, 2019.

No período de 2010 a 2011, os municípios do Convales apresentaram aumento no VAB da agropecuária. De 2011 a 2012, identificou-se queda dos VABs da agropecuária em Burititis, João Pinheiro, Lagoa Grande, Santa Fé de Minas e Urucuaia. Sobre os decréscimos dos VABs, no período 2012 a 2013, ocorreram em Burititis, Guarda-Mor, Paracatu, Unai, Chapada Gaúcha, Uruana de Minas e Urucuaia; e, de 2013 a 2014, em Bonfinópolis de Minas, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Riachinho, Lagoa Grande, Unai e Paracatu.

Grande parte dos municípios apresentou decréscimo de VAB da agropecuária, no período 2014 a 2015, quais sejam: Vazante, Riachinho, Natalândia, Formoso, Guarda-

Mor, Dom Bosco, Cabeceira Grande, Brasilândia de Minas, Bonfinópolis de Minas, Arinos, Unaí, Paracatu, Santa Fé de Minas, João Pinheiro, Lagoa Grande e Uruana de Minas. De 2015 a 2016, todos os municípios apresentaram crescimento.

Os dados advindos do setor agropecuário evidenciam a diferença de produtividade entre os municípios partícipes do Convaes, sendo que os cinco municípios do Convaes com melhores VABs da agropecuária foram: Unaí, Paracatu, João Pinheiro, Buritis e Guarda-Mor; já os com menores valores foram: Santa Fé de Minas, Dom Bosco, Uruana de Minas e Riachinho.

Ao analisar os dados pode-se identificar diferença dos valores entre os municípios supramencionados. Nesse ínterim, a título de comparação, em 2016, a soma dos valores de Unaí, Paracatu e João Pinheiro supera a soma das demais localidades, ao passo que a soma de Paracatu e João Pinheiro é quase a mesma de Unaí. Com base nos valores verificados, é possível observar a necessidade de dinamização da produtividade agropecuária de alguns municípios membros do Convaes, por exemplo, Santa Fé de Minas, Dom Bosco, Urucuaia e Riachinho.

Os municípios de Unaí, Paracatu, Guarda-Mor, Buritis, Arinos, Brasilândia de Minas e Vazante se destacam na produção de grãos (feijão, milho, soja), além da pecuária extensiva. Em João Pinheiro, a estrutura produtiva abarca os setores agroflorestal, pecuária e sucroalcooleiro. Em Chapada Gaúcha, ocorre o desenvolvimento agrosilvopastoril, com destaque para a produção de sementes de capim. Em Unaí, destacam o cultivo de feijão, a plantação de hortifrúti e a criação de frangos que atende o mercado regional.

No tangente à participação da indústria no PIB, no período 2010 a 2016, os municípios participantes do Convaes apresentaram menores valores do que o setor agropecuário. Os municípios de João Pinheiro e Natalândia não apresentaram queda no período 2010 a 2016. No período 2010 a 2011, foi possível identificar decréscimos dos VABs na indústria de Brasilândia de Minas e Bonfinópolis de Minas. De 2011 a 2012, os decréscimos se deram em Arinos e Cabeceira Grande. A queda atingiu mais municípios de 2012 a 2013, sendo eles: Bonfinópolis de Minas, Buritis, Dom Bosco, Guarda-Mor, Santa Fé de Minas, Urucuaia, Uruana de Minas, Natalândia e Chapada Gaúcha (FJP; DIREI, 2018).

Conforme FJP; DIREI (2018), os municípios de Arinos, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Paracatu, Unaí e Riachinho apresentaram queda nos VABs da indústria no período 2013 a 2014. E ainda, identificou-se decréscimo de 2014 a 2015 em

Arinos, Paracatu, Vazante, Formoso e Guarda-Mor; já no período 2015 a 2016, a queda nos VABs da indústria foram em Arinos e Vazante. Os municípios partícipes do Convaless, com melhores valores na indústria no período 2010 a 2016 foram: Paracatu, Unai, João Pinheiro e Vazante – com expressiva diferença dos demais. Os menores dados foram identificados em Dom Bosco, Santa Fé de Minas e Uruana de Minas (FJP; DIREI, 2018).

Em Paracatu, a empresa transnacional Kinross atua na indústria da mineração, no beneficiamento e na comercialização de ouro. Em Vazante, a indústria da mineração é responsável pelo VAB da indústria no PIB com a exploração de minério de zinco e produção do concentrado de zinco, além de pequenas confecções de roupas, sendo que no contexto regional, apresenta maior exploração de calcário. Os VABs da indústria de João Pinheiro e Unai não são maiores que os VABs da agropecuária, mas são expressivos. Em João Pinheiro, por exemplo, tem-se um polo de confecção e, em Unai, a indústria de embalagens e produtos alimentícios.

Em suma, para a execução de melhor gestão do Convaless, pode-se inferir que é fundamental conhecer as singularidades e diferenças entre as localidades, culminando em estratégias que favoreçam os municípios consorciados. Os dados apresentados indicam grandes desafios para a gestão do Convaless, repensar as desigualdades, seja em número de habitantes ou em dinâmica econômica, pode ser fundamental para encontrar o potencial para a promoção do desenvolvimento.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Como pontuado, analisou-se dos municípios do Convaless, em 2000 e 2010, os indicadores demográficos: razão de dependência, esperança de vida ao nascer, taxa de fecundidade total, taxa de envelhecimento, taxa de mortalidade infantil e taxa de mortalidade infantil até cinco anos de vida. Também comparou-se os dados dos municípios do Convaless, em relação as médias do Brasil e do Estado de Minas Gérias

Em relação à esperança de vida ao nascer, foi possível identificar crescimento de 2000 para 2010, com significativas diferenças (Tabela 4).

Tabela 4 - Esperança de vida ao nascer e taxa de envelhecimento dos municípios partícipes do Convaless, anos 2000 e 2010

Municípios	Esperança de vida ao nascer, 2000	Esperança de vida ao nascer, 2010	Taxa de envelhecimento, 2000	Taxa de envelhecimento, 2010
Arinos	69,66	73,88	5,44	8,04
Bonfinópolis de Minas	72,24	72,73	5,80	9,48
Brasilândia de Minas	70,66	75,87	4,38	5,36
Buritís	68,37	73,88	4,81	6,45
Cabeceira Grande	71,28	72,25	5,20	7,14
Chapada Gaúcha	69,06	74,22	4,94	5,78
Dom Bosco	72,81	73,88	5,18	7,68
Formoso	69,52	75,04	5,18	6,32
Guarda-Mor	69,14	74,76	4,24	6,85
João Pinheiro	71,46	72,25	4,78	6,57
Lagoa Grande	69,11	73,72	3,84	6,67
Natalândia	70,43	75,78	4,28	7,20
Paracatu	70,66	76,22	4,41	5,50
Riachinho	69,91	72,71	4,64	7,24
Santa Fé de Minas	67,11	73,26	5,96	7,81
Unaí	74,75	75,83	4,44	6,15
Uruana de Minas	69,66	72,60	5,30	8,50
Urucuia	69,30	71,88	4,76	6,26
Vazante	70,66	76,96	4,15	6,83

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, (2013). Elaborado pelos autores, 2019.

No período 2000 a 2010, em alguns municípios partícipes do Convaless, foi registrado crescimento de mais de cinco anos na esperança de vida ao nascer, a saber, Paracatu. Em outros municípios, o crescimento foi de menos de um ano (Bonfinópolis de Minas, por exemplo). Em 2000, a menor esperança de vida ao nascer era em Santa Fé de Minas e, a maior, em Unaí.

Os municípios Santa Fé de Minas e Buritís, apresentaram menor expectativa de vida ao nascer do que a média nacional (68,61 anos). Em relação à média do Estado de Minas Gerais (70,55 anos), em 2000, os seguintes municípios apresentaram melhor indicador: Brasilândia de Minas, Paracatu, Vazante, Cabeceira Grande, João Pinheiro, Bonfinópolis de Minas, Dom Bosco e Unaí - característica que indica maior envelhecimento da população.

Em 2010, foi registrada menor esperança de vida ao nascer em Urucuia e, maior, em Vazante – municípios com número de habitantes inferior a 20 mil. Superaram a média do Brasil (73,94 anos), as seguintes localidades: Chapada Gaúcha, Guarda-Mor, Formoso, Natalândia, Unaí, Brasilândia de Minas, Paracatu e Vazante. A média do Estado de Minas Gerais (75,3 anos), foi superada pelos municípios de Natalândia, Unaí, Brasilândia de Minas, Paracatu e Vazante.

Em relação as taxas de envelhecimento da população, o aumento de 2000 para 2010 evidencia a necessidade de atuação da gestão pública a médio e longo prazo, a fim

de amenizar os reflexos na produtividade. Em 2000, por exemplo, a maior taxa de envelhecimento registrada foi em Santa Fé de Minas e, a menor, em Lagoa Grande – localidades com população inferior a 10 mil habitantes. Apenas Santa Fé de Minas superou a média do Brasil (5,83), sendo que nenhum outro município apresentou maior taxa que a média de Minas Gerais (6,2).

Em 2010, muitas taxas quase dobraram em relação a 2000, sendo que a menor taxa identificada foi em Brasilândia de Minas e, a maior, em Bonfinópolis de Minas. Os municípios de Dom Bosco, Santa Fé de Minas e Arinos, por exemplo, superaram a média nacional (7,36); Uruana de Minas e Bonfinópolis de Minas superaram a média estadual (8,12).

Diante do exposto, analisou-se a taxa de fecundidade total e razão de dependência total (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxa de fecundidade total e razão de dependência dos municípios do Convalés, anos 2000 e 2010

Municípios	Taxa de fecundidade total, 2000	Taxa de fecundidade total, 2010	Razão de dependência, 2000	Razão de dependência, 2010
Arinos	3,54	2,73	69,82	57,83
Bonfinópolis de Minas	2,79	2,11	61,32	49,92
Brasilândia de Minas	3,16	2,66	67,46	53,08
Buritís	3,21	2,54	63,53	54,40
Cabeceira Grande	3,29	2,72	61,97	52,84
Chapada Gaúcha	5,12	2,75	83,77	59,79
Dom Bosco	3,48	2,71	62,46	48,35
Formoso	2,79	2,66	71,95	51,45
Guarda-Mor	2,95	2,56	54,40	46,12
João Pinheiro	2,90	2,32	59,64	47,47
Lagoa Grande	2,90	2,61	53,92	46,84
Natalândia	2,89	2,58	61,18	50,39
Paracatu	2,89	2,33	61,77	45,95
Riachinho	3,02	2,87	67,04	54,61
Santa Fé de Minas	3,74	2,60	73,73	58,28
Unai	2,47	2,06	52,70	42,80
Uruana de Minas	2,65	2,46	62,34	51,66
Urucuia	4,30	2,44	73,78	61,97
Vazante	2,65	2,05	48,66	42,35

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, (2013). Elaborado pelos autores, 2019.

No período 2000 a 2010, registrou-se queda na taxa de fecundidade total nos municípios do Convalés, porém nenhum apresentou menor taxa que as médias nacional e estadual. Em 2000, a menor taxa registrada foi em Unai e, a maior, em Chapada Gaúcha – mais que o dobro da média nacional (2,37) e estadual (2,23). Em 2010, a taxa de fecundidade de Chapada Gaúcha, apresentou queda, mas permaneceu acima das

médias do Brasil (1,89) e de Minas Gerais (1,79). O município com maior taxa de fecundidade total, em 2010, foi Riachinho e, a menor registrada foi em Vazante.

A taxa de fecundidade total de Vazante, em 2010, foi inferior à taxa que assegura reposição populacional (2,10). Atrelado aos fatos de reduzida população, elevada taxa de envelhecimento e maior esperança de vida ao nascer, entre os municípios supramencionados, cabe aos gestores municipais intervir com políticas imediatas para amenizar os danos da transição demográfica a médio e longo prazo.

O município de Bonfinópolis de Minas apresentou taxa bem próximo de 2,10, portanto, enquadra no perfil de localidades que devem se preocupar com a redução da população economicamente ativa. Também em Unaí identificou-se taxa abaixo da taxa de reposição populacional, mas por apresentar maior número de habitantes que Bonfinópolis de Minas e Vazante, os impactos negativos podem ser menores, a curto prazo.

No tocante à razão de dependência, no período 2000 a 2010, ocorreu redução em todos os municípios membros do Convalés. Em 2000, foi registrada em Chapada Gaúcha a maior razão de dependência, já a menor razão de dependência foi identificada em Vazante. Em 2000, Vazante e Unaí apresentaram menor razão de dependência que a média de Minas Gerais (52,84). A média do Brasil foi 54,88, sendo que do referido Consórcio, identificou-se com menor indicador: Vazante, Unaí, Lagoa Grande e Guarda-Mor.

Em 2010, o município de Vazante permaneceu com menor razão de dependência, mas a maior foi identificada em Urucuia. Apesar do decréscimo da razão de dependência em todos os municípios, excepcionalmente Vazante e Unaí, apresentaram indicador inferior às médias de Minas Gerais (44,01) e do Brasil (45,87). Identificou-se que municípios com população inferior a 10 mil habitantes apresentaram dados piores, a saber, Santa Fé de Minas.

No tangente as taxas de mortalidade infantil e mortalidade até cinco anos de idade, apesar da redução de 2000 para 2010, pode-se apontar que permanecem elevadas, todas acima de dez. Em geral, as causas da mortalidade de crianças têm relação com as questões de desnutrição, falta de assistência e instrução das mães, ausência do pré-natal, deficiência na assistência hospitalar, médico, no saneamento básico, falta de vacinação, doenças tendo como fonte água contaminada, entre outras. Para Bezzi (2004, p. 20), “[...] o conhecimento da dinâmica regional permite conceber a região como sucessão de

estruturas e processos que, ao se modificarem no tempo, alteram as funções de formas passadas, recriando-as e criando novas formas regionais”.

Em 2000, foi registrado menor taxa de mortalidade infantil em Unaí e, a maior, em Santa Fé de Minas (Tabela 6). Os municípios Santa Fé de Minas, Urucuia, Chapada Gaúcha, Buritis, Guarda-Mor e Lagoa Grande apresentaram maiores taxas de mortalidade infantil que a média nacional (30,57). A média estadual (27,75), foi superada por Riachinho, Arinos, Uruana de Minas, Formoso, Santa Fé de Minas, Urucuia, Chapada Gaúcha, Buritis, Guarda-Mor e Lagoa Grande.

Tabela 6 - Taxas de mortalidade infantil e mortalidade até cinco anos de idade dos municípios Convales, anos 2000 e 2010

Municípios	Mortalidade infantil, 2000	Mortalidade infantil, 2010	Mortalidade até 5 anos de idade, 2000	Mortalidade até 5 anos de idade, 2010
Arinos	29,71	17,1	32,51	19,90
Bonfinópolis de Minas	22,29	19,1	24,41	22,17
Brasilândia de Minas	26,71	14,0	29,24	16,32
Buritis	33,81	17,1	36,99	19,90
Cabeceira Grande	24,94	19,9	27,31	23,16
Chapada Gaúcha	31,60	16,6	34,58	19,27
Dom Bosco	20,80	17,1	22,78	19,90
Formoso	30,15	15,3	32,99	17,77
Guarda-Mor	31,33	15,7	34,28	18,27
João Pinheiro	24,42	19,9	26,74	23,17
Lagoa Grande	31,42	17,4	34,37	20,20
Natalândia	27,39	14,2	29,98	16,46
Paracatu	26,71	13,5	29,24	15,74
Riachinho	28,94	19,1	31,68	22,20
Santa Fé de Minas	38,14	18,2	41,71	21,11
Unaí	16,03	14,1	17,57	16,39
Uruana de Minas	29,71	19,3	32,51	22,44
Urucuia	30,83	20,6	33,73	23,95
Vazante	26,71	12,5	29,24	14,53

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, (2013). Elaborado pelos autores, 2019.

Em 2010, o município de Vazante apresentou menor taxa de mortalidade infantil, sendo a maior registrada em Uruana de Minas. Dos 19 municípios membros do Consórcio em comento, onze apresentaram maiores taxas em relação à média nacional (16,7): Arinos, Buritis, Dom Bosco, Lagoa Grande, Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Cabeceira Grande, Riachinho, Uruana de Minas, João Pinheiro e Urucuia. No caso da média estadual (15,08), a situação foi pior, pois além dos onze municípios mencionados, tem-se ainda Formoso, Chapada Gaúcha e Guarda-Mor.

No que tange à mortalidade até cinco anos de vida, em 2000, foi registrada maior taxa em Santa Fé de Minas e, menor taxa em Unaí, sendo mais que o dobro. Outra diferença significativa é que Santa Fé de Minas faz parte dos municípios

partícipes do Convaless com menor população e, Unai, entre os com maior número de habitantes. Santa Fé de Minas apresentou, em 2000, menor esperança de vida ao nascer, maiores taxas de envelhecimento, de mortalidade infantil e mortalidade até cinco anos de vida.

Em 2000, Buritis e Santa Fé de Minas, apresentaram maiores taxas de mortalidade até cinco anos de vida que a média federal (36,98). Já a média estadual (30,37), foi inferior do que aquela apresentada por Riachinho, Arinos, Uruana de Minas, Formoso, Urucuaia, Guarda-Mor, Lagoa Grande, Chapada Gaúcha, Buritis e Santa Fé de Minas.

Em 2010, ocorreu significativo decréscimo na taxa de mortalidade até cinco anos, contudo, poucos municípios apresentaram taxas menores que as médias de Minas Gerais e do Brasil. A menor taxa de mortalidade até cinco anos de vida, em 2010, foi identificada em Vazante e, a maior, em Urucuaia. Apresentaram taxas acima da média federal (18,83) os seguintes municípios: Chapada Gaúcha, Arinos, Buritis, Dom Bosco, Lagoa Grande, Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Riachinho, Uruana de Minas, Cabeceira Grande, João Pinheiro e Urucuaia.

Das 19 localidades consorciadas do Convaless, 14 apresentaram taxas de mortalidade até cinco anos maiores que a média de Minas Gerais (17,3), quais sejam: Formoso, Guarda-Mor, Chapada Gaúcha, Arinos, Buritis, Dom Bosco, Lagoa Grande, Santa Fé de Minas, Bonfinópolis de Minas, Riachinho, Uruana de Minas, Cabeceira Grande, João Pinheiro e Urucuaia.

Os dados de mortalidade de criança na área de abrangência do Convaless, refletem a precária infraestrutura de atendimento médico, pois em parte dos municípios não existe vagas em redes públicas e falta um hospital regional que atenda a demanda. Nesse contexto, as ações do Consórcio têm centrado em estratégias para atendimento de média e alta complexidade, através de parcerias e transporte dos pacientes para locais com estrutura hospitalar, além de buscar ampliar o atendimento de baixa complexidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisou-se dados demográficos dos municípios do Convaless, de 2000 e 2010, em relação a média estadual e federal. Identificou-se aumento significativos da esperança de vida ao nascer e da taxa de envelhecimento; por outro lado redução da razão de dependência, das taxas de fecundidade total, mortalidade

infantil e mortalidade até cinco anos de vida. Em relação à taxa de fecundidade, as médias do Brasil e de Minas Gérias são inferiores às taxas dos 19 municípios membros do Convaes. No entanto, muitos mantêm taxas de mortalidade de crianças bem mais elevadas que a média estadual e federal – aspecto que requer políticas públicas pontuais.

Ao correlacionar todos os indicadores apresentados com o número de habitantes do Censo de 2010, pode-se inferir que existe forte tendência de redução da população de muitos municípios do Convaes, seja pela queda da fecundidade, ou pela migração de jovens e adultos. O crescimento da população idosa é outro aspecto a ser avaliado, pois poderá afetar a cadeia produtiva, logo a dinâmica econômica dos municípios. Também, pode-se concluir que são muitas desigualdades entre os municípios, tanto no âmbito populacional como econômico, sendo que grandes diferenças geram interesses díspares, entaves na cooperação intermunicipal e na gestão territorial.

Assim, cabe ao Convaes estabelecer metas, planejar e executar projetos em prol da demanda dos municípios consorciados. Ampliar as ações no setor de saúde, em especial, no cuidado com crianças e idosos. Sobre as crianças, é urgente reduzir as taxas de mortalidade que, apesar do decréscimo, permanecem elevadas, considerando a questão da queda da taxa de fecundidade. Em relação ao cuidado com os idosos, políticas públicas de acessibilidade, lazer e atendimento médico também são necessárias.

Em suma, o Consórcio em comento, tem por norte romper as dificuldades na prestação de serviços essenciais à população agregada, bem como promover o desenvolvimento nos setores de educação, saúde, preservação ambiental, disponibilidade de energia e logística. Representar alternativa de cooperação federativa de apoio e fortalecimento da gestão e governança territorial. Para tanto, é essencial que os gestores dos municípios consorciados tenham conhecimento da evolução ou involução dos mais variados indicadores, tornando viável o desenvolvimento de ações que atendam a demanda populacional.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. A. R. et al (2013). **Mortalidade Infantil e expectativa de vida na composição do IDH do município de Marabá**. Marabá – PA.
- BEZZI, M. L. (2002). Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, nº. 1, p.5-19, abril.

CAMARANO, A. A. (2002). **Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro (RJ): IPEA.

CONVALES. CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS (2017). **Relatórios técnicos**. Arinos (MG): CONVALES.

FERREIRA, F. P. M. et. al. (2012). População e políticas públicas: tendências e cenários para Minas Gerais. IN. **Revista Cadernos BDMG**. Nº 21. Belo Horizonte, p.55-85.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. DIREI. DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (2018). **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2016 / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações**. – Belo Horizonte: FJP.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. (2010). Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20/10/2019.

_____. **Estimativas demográficas de 2019 de Minas Gerais**. (2019). Disponível em << www.cidades.ibge.gov.br>> Acessado 31/10/2019.

JANNUZZI, P. M. (2012). **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5ªed. Campinas, São Paulo: editora Alínea, 2012.

MOREIRA, M. M. (2012). O rápido envelhecimento da população brasileira: intensidade e características. **Anais.... III Encontro Internacional de Ciências Sociais**. Pelotas (RS): Universidade Federal de Pelotas.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013**. Brasília: PNUD; IPEA; FJP. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/o_atlas_>. Acesso em: 16 outubro. 2019.

RIPSA. REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**, 2ª edição, Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

SIMÕES, C. C. S (2002). **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos**. Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde.